

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Heryca Menezes Baeta¹
Késia Silva Tosta²
Lara Mariana Gomes Pereira³
Tamires Araújo Rufino⁴

Resumo: Este artigo explora a relação entre o projeto profissional do Serviço Social e o tripé universitário, considerando sua indissociabilidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica documental. Assim, ao compreender a tríade universitária como primordial para a interlocução entre universidade-sociedade, bem como para a fundamentação de uma formação profissional articulada com as dimensões teórica e investigativa, nota-se que o tripé põe-se como essencial para a formação em Serviço Social. Haja vista que este possibilita o desenvolvimento das dimensões da profissão, além de permitir o reforço das premissas postas pelas diretrizes curriculares da ABEPSS e pelo Código de Ética da profissão, viabilizando assim a disposição de profissionais qualificados e alinhados com o direcionamento crítico.

Palavras-chave: Ensino; Pesquisa; Extensão; Serviço Social.

Abstract: This article explores the relationship between the professional project of Social Work and the university tripod, considering their inseparability, through documentary bibliographic research. Thus, when understanding the university triad as essential for the dialogue between university and society, as well as for the foundation of professional training articulated with the theoretical and investigative dimensions, it is noted that the tripod is essential for training in Service Social. Considering that this enables the development of the dimensions of the profession, in addition to allowing the reinforcement of the premises established by the ABEPSS curricular guidelines and the profession's Code of Ethics, thus enabling the provision of qualified professionals aligned with the critical direction.

Keywords: Teaching, Research, Extension; Social Work.

INTRODUÇÃO

A instauração formal da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão advém da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, é a partir deste marco que se estabelece

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-7759-3208. E-mail: heryca.baeta@ufv.br.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0001-9154-828X. E-mail: kesia.tosta@ufv.br.

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0009-1429-6643. E-mail: lara.mariana@ufv.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-3255-3077. E-mail: tamires.araujo@ufv.br.

oficialmente nas instituições públicas de ensino superior o tripé universitário. Dessa maneira, este trabalho tem o objetivo de entender como o projeto profissional do Serviço Social se relaciona com o tripé universitário, o qual propõe a articulação conjunta sobre ensino, pesquisa e extensão. Para isso, se tem como indagação: A partir do projeto ético político da profissão, quais são os posicionamentos do Serviço Social em relação ao tripé universitário?

Dessa maneira, a metodologia deste estudo guia-se por uma pesquisa de caráter exploratório, com instrumentos documentais e bibliográficos. Logo, a revisão documental buscou uma análise frente a legislações e documentações estabelecidas no âmbito da profissão, bem como do ensino superior, dando destaque ao processo formativo da profissão. Já para o que se refere a busca bibliográfica, objetivou-se evidenciar autores que discutam as categorias do tripé universitário, bem como o processo de formação em Serviço Social, por meio de plataformas digitais como o Google Acadêmico e Scielo.

A relevância deste estudo justifica-se em virtude da campanha realizada no ano de 2019 pelo Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social. Assim, reconhecendo a educação enquanto direito, esta campanha detém como tema “Graduação em Serviço Social: Só se for legal, crítica e ética” (CFESS, 2019). Em que expressa como foco reforçar as premissas de escolha de instituições que garantam ensino, pesquisa e extensão, além de serem reconhecidas pelo Ministério da Educação e que estejam de acordo com as diretrizes pedagógicas deste Ministério, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, a partir das resoluções CNE/CES nº 15/2002 e CNE/CES nº2/2007 (CFESS, 2019).

Assim, situa-se a categoria do ensino como o processo de ensino-aprendizagem a partir da troca de conhecimentos entre estudantes e professores, localizando o protagonismo do estudante. Ademais, a pesquisa orienta a produção de conhecimento científico, acentuando subsídios para a compreensão da realidade. Em sequência, a extensão contempla o produto do ensino e pesquisa, pois é o cenário que viabiliza a interação destes resultados com a sociedade, a partir das subjetividades e saberes presentes nestes contextos.

Dessa maneira, objetivando a efetivação do comprometimento da universidade com a tríade universitária, o processo formativo de qualidade de futuros assistentes sociais coloca-se em evidência. Dado que, a formação de qualidade junto ao tripé universitário corrobora para a

formação mais alinhada com a realidade em que os sujeitos irão atuar, visto que insere os discentes em temáticas, discussões e realidades que cercam o agir profissional do Serviço Social.

A PESQUISA CIENTÍFICA, A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A pesquisa científica nos coloca a refletir sobre o conceito de ciência, neste sentido “a ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (FERRARI, 1974 apud MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 80). Portanto, a pesquisa científica norteia-se pelas proposições da ciência sendo orientadas por atividades como a observação, investigação e análise, focadas na busca por explicar as particularidades dos fenômenos evidentes.

Assim, a ciência e a pesquisa científica definem-se enquanto processo dinâmico de construção e revisão do conhecimento, em que a lógica e a busca pela veracidade desempenham papéis cruciais. Nesse sentido, esta dinamicidade determina-se pela estruturação lógica imbricada à formulação de hipóteses com o potencial de testagem para a busca da objetividade dos fenômenos. Haja vista que através dessa abordagem busca-se atingir a apreensão objetiva e totalizante dos fenômenos.

Nessa perspectiva, é necessário compreender que o conceito de ciência possui diversas apropriações, e também segmentos que se norteiam pelas demandas de interpretações dos espaços complexos onde os indivíduos se inserem, levando ao desenvolvimento de várias disciplinas científicas para estudar e explicar esses fenômenos. Estabelecendo-se preceitos classificados em critérios como complexidade, conteúdo, objetos de estudo, diferenças nos enunciados e metodologias.

A partir disso, nos cabe destacar que existem várias formas de conhecimento, sendo possível afirmar que os mesmos coexistem na essência dos indivíduos e eventos, permitindo a variabilidade de pensamentos e tendências sobre diferentes assuntos as quais não se determinam apenas pelo conhecimento científico. Entretanto, por conhecimento científico entende-se aquele que é adquirido pela ação de pesquisar, visto que para Tripodi, Fellin e Meyer (1975) a pesquisa refere-se a sistemática aplicação de procedimentos sob o intuito de criar, alterar e expandir conhecimentos. Assim, o que afasta um conhecimento do outro e elenca o

científico como o adequado à produção científica, determina-se pela forma, método e os instrumentos que se utilizam para adquirir o conhecer. Por isso, este conhecimento põe-se enquanto verificável, mutável, falível e aproximadamente exato, dada a compreensão de que a partir de reformulações e novas proposições a sistematização de conhecimentos põe-se de maneira assertiva (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Outrossim, cabe pontuar que a concretude adquirida pelo processo da pesquisa científica e da coleta de dados evidenciam elementos essenciais para as apreensões de determinadas realidades vivenciadas no contexto vigente. Haja vista, que a utilização do método científico consolida a relação de confiabilidade e objetividade das descobertas científicas. Abarcando perspectivas que atravessam as percepções do pesquisador, de modo a conferir a capacidade de análise por meio de hipóteses e coleta de dados, buscando resultados críticos e racionais que viabilizam o processo de compreensão dos fenômenos (GIL, 2008).

No que tange a extensão universitária, de acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2013) no Brasil as atividades de extensão emergiram concomitantemente com a gênese do ensino superior, entretanto apenas no contexto de luta pela redemocratização no país que se amplia as inquietações quanto ao caráter assistencialista destas práticas, de maneira a redirecionar as concepções de universidade.

Assim, a Extensão Universitária viabiliza a possibilidade da concretude entre o ensino e a pesquisa, visto que permite a comunicação com a sociedade e expressa seus anseios na produção de novos conhecimentos, estabelecendo assim o compromisso das instituições de ensino superior com a sociedade. Dessa maneira, “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2013, p. 42).

Ainda nos cabe destacar, que a extensão permite a articulação presente entre a teoria vista nos espaços de formação e a prática demandada pela realidade. Nesse sentido, segundo Thiollent (2002) a extensão vai para além do circuito acadêmico, ampliando, construindo e reconstruindo os saberes, e é importantíssimo “para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções” (THIOLLENT, 2002, p. 66).

Dessa maneira, o presente estudo respalda-se na extensão enquanto popular ou emancipatória (DIAS, 2021), a qual tende a buscar o diálogo entre a universidade e a população, para resolução de problemas reais e concretos a partir da construção coletiva de conhecimentos. Logo, esta perspectiva de extensão apresenta a finalidade de defender os direitos sociais, os saberes populares, a autonomia e a emancipação dos sujeitos, visando a transformação da realidade social. Neste sentido, a extensão viabiliza a troca de saberes e conhecimentos, sejam eles de caráter acadêmico ou popular, de modo a instrumentalizar o dinamismo entre teoria e prática. Assim, apresenta como “consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade” (FORPROEX, 2013, p. 22).

Por conseguinte, a categoria ensino refere-se a esfera em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, vale ressaltar que historicamente no Brasil a educação desenvolveu-se com caráter elitizado, a partir de concepções de ensino voltadas para a transferência de conhecimento. Sendo assim, Paulo Freire (1987) categoriza tais perspectivas pelo conceito de educação “bancária”, a qual refere-se a forma de ensino que se guia pelo ajustamento, que impede o desenvolvimento da consciência crítica e a compreensão da realidade e dos saberes dos sujeitos, retirando-os o protagonismo de transformação dos espaços em que encontram-se inseridos.

Com isso, em contraposição a esta assertiva a perspectiva de ensino aqui defendida configura-se pelo intuito de produzir aprendizagem sob o viés da troca de conhecimentos entre alunos e professores, compreendendo o estudante enquanto protagonista. Portanto, nas palavras de Freire (1996, p.21) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nessa perspectiva, o ensino dialógico possibilita que o discente ao ser educado também conceda contribuições ao educador, desmistificando a ideia de ensino hierarquizado. Consolidando assim, a valorização do pluralismo de conhecimentos haja vista que todos ocupam espaço no processo de aprendizagem, fazendo com que a construção conjunta do conhecimento perpassa os sujeitos integrados a este processo.

Desse modo, ao compreender o homem como sujeito histórico, torna-se fundamental situar os discentes como sujeitos detentores de saberes adquiridos ao longo da construção

sócio-histórica humana. Logo, os mesmos compõem realidades que a partir de suas vivências cotidianas e materiais viabilizam a obtenção do saber, cabendo ao ensino expressar a realidade concreta que os indivíduos estão inseridos, para que novos saberes façam sentido na vivência cotidiana e o aprendizado seja efetivado com caráter participativo, crítico e reflexivo.

A INDISSOCIABILIDADE DO TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Ao considerar as contribuições sobre as categorias do tripé universitário, situa-se o ensino como processo crítico, de indagação e participação, visto que tende a instigar os questionamentos dos estudantes frente a realidade social. De modo a estimular a dimensão investigativa necessária à categoria da pesquisa, nesse sentido a pesquisa fomenta a prática do ensino uma vez que oferece subsídios para a compreensão da realidade. Visto que, partindo da cotidianidade para o questionamento e investigação, esta categoria permite o encontro entre o campo das ideias e a materialização das ações (MINAYO, 2011). Dessa maneira, “as questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na realidade, nela encontrando suas razões e seus objetivos” (MINAYO, 2011, p. 16).

Desse mesmo modo, cabe destacar a relação entre o ensino e a pesquisa, visto que o ensino se sustenta no conhecimento existente, transmitindo-o e construindo-o junto aos alunos, enquanto a pesquisa apresenta essência exploratória, gerando questionamentos e inquietações, podendo acarretar na busca por respostas, revelando assim novos conhecimentos. Neste sentido, a materialização do ensino torna-se dependente de conhecimentos sistematizados, que são transformados pela pesquisa no momento da busca por respostas. Logo, o ensino deriva da pesquisa à medida que as apreensões atingem a capacidade comunicativa de ser transmitidas a um grupo (SANTOS, 2012, p.5).

Outrossim, o ensino e a extensão universitária também estão intrínsecos, uma vez que ambos visam responder às demandas sociais e articular o conhecimento acadêmico no mundo real. Logo, a esfera do ensino caracteriza-se enquanto perspectiva basilar para o fomento de conhecimento que possam ser convertidos em habilidades de interpretações de mundo e aplicações práticas dos estudantes. Dito isso, a extensão apresenta-se como ponte entre a

academia e a sociedade, envolvendo este objetivo do ensino em projetos, ações e políticas públicas, com intuito de trazer impactos concretos (SANTOS, 2012, p.8).

Dessa forma, a interação das categorias do ensino, pesquisa e extensão pauta-se além das perspectivas acadêmicas e investigativas, pois atravessam as limitações da universidade e acabam por se materializar no enfrentamento de desafios reais da sociedade, atuando como estímulo para o desenvolvimento econômico, cultural e social. Assim, ressalta-se que a instauração formal da tríade universitária, ensino, pesquisa e extensão adveio com a Constituição de 1988 no artigo 207, o qual institui que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207). Dessa maneira, evidencia-se a importância da indissociabilidade entre as categorias do tripé universitário para a formação profissional, visto que permite aos discentes um processo educativo que debruça-se sobre a complexidade da realidade social, sendo este o futuro cenário de atuação dos mesmos. Desse modo, a indissociabilidade requer que as três dimensões do tripé universitário sejam trabalhadas em articulação conjunta. Assim,

Se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 269).

Dessa maneira, embora a materialização isolada dessas categorias ainda apresente significância, a sua realização de maneira articulada viabiliza a compreensão da totalidade dos fenômenos, além de permitir interações com a sociedade, reconhecendo suas demandas e inquietações, para que as investigações e intervenções sejam realizadas adequadamente. Isso posto, o princípio de indissociabilidade atua como figura determinante para efetividade do trabalho acadêmico, fomentando o vínculo entre a universidade e sociedade, a partir dos preceitos de emancipação, reflexão crítica e produção teórica alinhada à realidade (ANDES, 2013).

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

A profissão do Serviço Social, bem como o processo de formação dos assistentes sociais, a partir do movimento de renovação assume comprometimento com a classe trabalhadora, objetivando compreender suas realidades com o intuito de intervir de maneira crítica e dialética, sob a perspectiva de intervenção nas expressões da “questão social”. Dito isso, localiza-se o projeto ético político hegemônico do Serviço Social, o qual refere-se ao conjunto de legislações, normativas, atuações profissionais e processos formativos que confirmam o direcionamento defendido pela categoria profissional. Assim, atualmente o Serviço Social estrutura-se a partir de ações profissionais em prol da democracia, direitos humanos, emancipação, equidade, justiça social, além da eliminação das formas de preconceito e autoritarismo (CFESS, 1993).

Portanto, para a constituição das diretrizes que orientam os cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior, destaca-se o dualismo entre as premissas instituídas pelo Ministério da Educação - MEC e pela ABEPSS. Desse modo, as diretrizes curriculares adotadas pelo MEC determinam-se de maneira generalista, não comprometendo-se efetivamente com os princípios ético-políticos adotados pelo Serviço Social. Ao passo que, a regulamentação defendida pela ABEPSS ultrapassa tal generalização, de modo a defender a formação crítica e ética dos assistentes sociais e a viabilizar a compreensão sócio-histórica da realidade brasileira.

Nesse sentido, cabe destacar que embora as legislações apresentadas pelo MEC contenham premissas importantes para a concretização de futuros profissionais da área, a mesma não comunga com todo aparato ético, político e metodológico defendido pela profissão. Desse modo, dentre suas incoerências e lacunas tem-se a introdução de atribuições que não implicam na atuação do assistente social em prol da classe trabalhadora. Com isso, insere-se competências de domínio aos recursos da informática, em que segundo Iamamoto (2014, p. 616-617) “no perfil do bacharel em Serviço Social constava ‘profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, o que foi retirado e substituído por ‘utilização dos recursos da informática’”.

Nesse viés, as diretrizes gerais para o curso de graduação em Serviço Social apresentadas pela ABEPSS (1996) destacam pressupostos, princípios, matérias básicas e núcleos de fundamentação importantes para o fortalecimento do Serviço Social crítico desde o processo de formação profissional. Assim, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social,

localiza o trabalho como categoria central para a compreensão do ser social e da produção da sociabilidade. Discutindo categorias como consciência, liberdade, universalidade e outros. O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, debruça-se sobre a constituição social do país, pontuando as diversidades regionais. Além de evidenciar sua inserção no modo de produção capitalista em níveis de dependência aos países de capital central. O núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, discute sobre as relações sociais e histórico-materiais condicionadas pela interlocução do trabalho profissional com os usuários dos serviços ofertados e as instituições empregadoras. Debruçando-se sobre os recursos e autonomia relativa do assistente social em seus ambientes de trabalho.

Por conseguinte, no que diz respeito ao tripé ensino, pesquisa e extensão no processo de formação dos discentes, torna-se possível observar que os princípios de fundamentação profissional defendidos pela ABEPSS (1996) comungam com os pressupostos do ensino superior universitário de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A necessidade do tripé universitário é explicitada nos princípios das diretrizes curriculares da ABEPSS, preconizando o currículo dinâmico, flexível, da teoria social crítica, da dimensão investigativa e interventiva articuladas para análise da realidade concreta, produzindo conhecimentos.

Dessa forma, torna-se perceptível que a introdução da tríade universitária reforça os princípios das diretrizes curriculares defendidas pela ABEPSS por compor um espaço de debate e introdução da teoria crítica nos espaços formativos reforçando o protagonismo discente. Além de viabilizar a apreensão da realidade social dos sujeitos de modo a promover a investigação e intervenção de maneira mais efetiva.

As diretrizes curriculares da ABEPSS dispõem explicitamente sobre: “caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional”, “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão”, “ética como princípio formativo perpassando a formação curricular” e “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Nessa perspectiva, ao considerarmos as diretrizes curriculares observa-se a consonância para com o tripé, uma vez que direta ou indiretamente, todos os princípios remetem uma compreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade, estimulando uma formação com preparação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que se adequam às categorias do tripé universitário de forma singular e principalmente pela expressão

da indissociabilidade. Pensar em formação para o trabalho profissional de assistentes sociais pressupõem uma formação articulada no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Assim, situamos a importância em articular a formação profissional em Serviço Social com o tripé universitário, pois seu desenvolvimento permite com que os discentes se apropriem de conhecimentos construídos pelo processo de ensino-aprendizagem, a partir de saberes e vivências dos múltiplos atores sociais, compreendidos pelo professor, aluno e sociedade. Além disso, localizando a profissão enquanto interventiva, faz-se necessário o conhecimento das realidades que cercam os usuários, premissa possível pelo caráter investigativo viabilizado pela pesquisa. Produzindo assim, novos conhecimentos que estão em diálogo com as necessidades apresentadas pelos usuários finais deste processo, possibilitada pela categoria da extensão. Nesta perspectiva, Bravo e Matos (2004, p. 3) evidenciam a relevância da extensão e a pesquisa enquanto “papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, pois o Serviço Social é uma profissão que tem uma dimensão interventiva e supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o processo de maturação do Serviço Social, a partir de um projeto profissional em que se reforça a função e os valores da profissão ancorado nos direitos sociais e na defesa da classe trabalhadora, nota-se o estabelecimento de legislações, processos formativos e atuações profissionais que fortaleçam a perspectiva crítica. Nesse viés, o projeto ético político hegemônico do Serviço Social se reforça durante o processo formativo por meio da realização de ações, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, situamos a relevância do ensino por compor a dimensão teórico-metodológica no processo de formação dos assistentes sociais. Visto que, é por meio desta categoria que se efetiva a apreensão das teorias sociais críticas, possibilitando a leitura da realidade a partir de bases científicas. Dessa maneira, no âmbito do ensino localiza-se a oferta de disciplinas e matérias basilares para a conscientização crítica e política dos discentes, fomentando inquietações e reflexões acerca da dinâmica social capitalista. Assim, o arcabouço teórico viabilizado pela categoria do ensino resulta no desenvolvimento de posicionamentos ético-políticos em consonância com os princípios da categoria profissional.

Dessa maneira, a inserção dos estudantes de Serviço Social em espaços formativos que articulam o tripé universitário permite o contato com a realidade em que estarão futuramente inseridos enquanto profissionais, de modo a previamente instigá-los a guiar-se pelo arcabouço teórico apreendido e pelos princípios do Código de Ética profissional. Assim, a relevância do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social, afirma-se por permitir o amadurecimento destes futuros profissionais, ao desvelar por meio da investigação as relações ocultas presentes na cotidianidade e na sociabilidade burguesa. Extrapolando, as armadilhas tecnicistas e teoricistas postas aos profissionais do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009).

Logo, o ensino não se limita a mera transmissão do saber, bem como a pesquisa não configura-se pela supremacia acadêmica, especialmente a pesquisa fundamental para efetivação do trabalho do assistente social. Desse modo, o diálogo da universidade com a sociedade viabiliza a formação desejada conforme os parâmetros ético-políticos da profissão (BRAVO; MATOS, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ANDES, Cadernos. Propostas do ANDES-SN Para a Universidade Brasileira. 2013. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 de março de 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, MC de. As dimensões ético-políticas e ético-técnicas na formação acadêmica do assistente social: a articulação ensino-pesquisa e extensão. **Anais, XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica**, 2004.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética. 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1568>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

- DIAS, Marcelo Miná. A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. **A Academia**, p. 1-8, 2021.
- FALCÃO, Rita Dácio et al. A fronteira nacional e o livro didático. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, v. 20, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 1996.
- FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. **Editora Atlas SA**, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 616-617, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, p. 15-50, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Capítulo 1 O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**, p. 9, 2011.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.
- SANTOS, Marcos Pereira dos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 2, 2012.
- THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, v. 3, n. 2, 2002.
- TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. Rio de Janeiro, 1975.